



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 2\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

## ASSINATURAS

As três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$

Apêndices — anual, 600\$

Preço avulso — por página, \$50

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho de Ministros:

#### Resolução do Conselho de Ministros:

Estabelece medidas respeitantes à instalação em Portugal de uma empresa para a montagem e comercialização de tractores.

#### Declaração:

De ter sido rectificadada a Portaria n.º 110/76, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 50, de 28 de Fevereiro de 1976.

### Ministério da Justiça:

#### Portaria n.º 172/76:

Manda aumentar com um lugar de primeiro-ajudante o quadro do pessoal auxiliar da Secretaria Notarial de Cascais.

### Ministério da Indústria e Tecnologia:

#### Portaria n.º 173/76:

Aprova como normas definitivas os estudos E-1636 a E-1638, E-1642 e E-1679.

### Ministério dos Assuntos Sociais:

#### Declaração:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 291, de 18 de Dezembro de 1975, inserindo o seguinte:

### Conselho da Revolução:

#### Portaria n.º 760/75:

Anula a Portaria n.º 685/75, ficando sem efeito a desactivação da Base-Escola de Tropas Para-Quedistas.

### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

#### Aviso:

Torna público terem os Governos da Espanha, do Irão e do Iraque depositado os instrumentos de ratificação de diversos Protocolos das Convenções Internacionais Relativas ao Transporte por Caminho de Ferro de Mercadorias (CIM) e de Passageiros e de Bagagens (CIV).

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Gabinete do Primeiro-Ministro

#### Resolução do Conselho de Ministros

Considerando a informação do Ministério da Indústria e Tecnologia relativa à análise dos relatórios elaborados pela comissão de apreciação das propostas apresentadas ao concurso público para a instalação em Portugal de uma unidade produtora de tractores, aberto em 6 de Fevereiro de 1975, e, posteriormente, pela comissão interministerial incumbida de seleccionar a melhor proposta;

Tendo em consideração que, na conjuntura económica e social do País, se reveste de maior importância o referido projecto, que permitirá substituir significativamente volumosas importações e contribuir para a exportação nacional, e ainda concorrer para a reconversão e dinamização de múltiplas unidades de vários sectores industriais com dificuldades de utilização da sua capacidade e subemprego de mão-de-obra;

Tendo ainda presente que uma iniciativa deste tipo vai permitir a introdução em Portugal de tecnologias de fabrico avançadas, indispensáveis ao desenvolvimento da nossa indústria metalo-mecânica, cuja aquisição vai encorajar o lançamento no sector de outros projectos de envergadura que exigem fabricos similares;

Assinalando, finalmente, que o fabrico de tractores em Portugal, além de significativamente concorrer para uma mecanização racionalizada e cuidadosamente assistida da agricultura, não deixará de acautelar a posição das empresas comerciais e industriais que se ocupam actualmente da distribuição e assistência técnica desse tipo de equipamento agrícola;

O Conselho de Ministros, em sua reunião de 5 de Março de 1976, resolve:

1 — Aprovar a informação que lhe foi presente pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, bem como as recomendações que lhe estão inerentes, e adjudicar provisoriamente à concorrente Massey-Ferguson a aquisição da tecnologia de fabrico de tractores.

2 — Delegar no Ministro da Indústria e Tecnologia poderes para aprovar o respectivo contrato, que incluirá também condições quanto a cooperação financeira e comercial.

3 — Constituir uma empresa para a montagem e comercialização de tractores, com o capital de 120 000 contos, sendo a maioria detida pelo Estado, e à qual se poderão associar prioritariamente a concorrente Massey-Fergusson, empresas metalomecânicas que concorrerão para o fabrico de tractores e outras empresas ligadas à sua distribuição.

4 — Nomear, desde já, uma comissão instaladora, que será composta por:

Engenheiro António Almeida Júnior;  
Engenheiro Francisco Prista da Conceição Caetano;  
Engenheiro Carlos Alberto Zanatti dos Santos.

5 — Incumbir a comissão instaladora das funções seguintes:

- Elaborar o texto final de contrato a celebrar entre a empresa nacional de tractores e a Massey-Fergusson, definindo com esta entidade, após as necessárias negociações, a optimização de alguns aspectos que importam especialmente à economia nacional, tais como a exportação, a utilização de capacidades existentes, a incorporação portuguesa, o custo da unidade fabricada e a eficiência de serviço;
- Elaborar o projecto de estatuto da empresa a constituir, bem como o plano de acções a lançar para a concretização do empreendimento nos planos industrial e comercial;
- Propor as medidas indispensáveis para que se inicie a imediata organização e/ou reconversão das unidades industriais existentes no País que irão participar no projecto.

Para cumprimento deste mandato é estabelecido o prazo de quarenta e cinco dias, a contar da data desta resolução. Caso a minuta do projecto de contrato não esteja convenientemente estabelecida no fim deste prazo, o Ministro da Indústria e Tecnologia proporá ao Conselho de Ministros as medidas adequadas ao prosseguimento do projecto.

6 — Determinar que, pelo Ministério da Indústria e Tecnologia, seja dado conhecimento público aos dois relatórios referentes ao concurso, logo que a adjudicação provisória, com a aprovação do contrato, se possa considerar definitiva.

Presidência do Conselho de Ministros, 5 de Março de 1976. — O Primeiro-Ministro, *José Baptista Pinheiro de Azevedo*.

### Secretaria-Geral

Segundo comunicação do Ministério das Finanças, a Portaria n.º 110/76, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 50, de 28 de Fevereiro de 1976, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

Onde se lê:

Cedi .....	Ghana .....	23\$838 1
Dólar .....	Estados Unidos .....	2\$694 2
	Canadá .....	\$264 0
Lempira .....	Honduras (República) .....	12\$488 4

deve ler-se:

Cedi .....	Ghana .....	22\$838 1
Dólar .....	Estados Unidos .....	26\$942
	Canadá .....	26\$40
Lempira .....	Honduras (República) .....	12\$484 8

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 9 de Março de 1976. — O Secretário-Geral, *Manuel Roque*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS JUDICIÁRIOS

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

### Portaria n.º 172/76

de 26 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Judiciários, que, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto n.º 314/70, de 8 de Julho, seja aumentado com um lugar de primeiro-ajudante o quadro do pessoal auxiliar da Secretaria Notarial de Cascais.

Ministério da Justiça, 10 de Março de 1976. — O Secretário de Estado dos Assuntos Judiciários, *Armando Bacelar*.

## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA LIGEIRA

Inspecção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

### Portaria n.º 173/76

de 26 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, nos termos do parágrafo 2 do artigo 4.º do Estatuto de Normalização Portuguesa (Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, modificado pelo Decreto-Lei n.º 48 454, de 25 de Junho de 1968), com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 117/75, de 8 de Março, aprovar como normas definitivas os estudos E-1636 a E-1638, E-1642 e E-1679, com as alterações propostas nos respectivos pareceres do Conselho de Normalização e com os números e títulos seguintes:

NP-1225 — Sulfato de amónio para usos industriais. Determinação do insolúvel na água.

NP-1226 — Sulfato de amónio para usos industriais. Determinação da acidez livre.

NP-1227 — Sulfato de amónio para usos industriais. Determinação do teor de ferro.

NP-1228 — Nitrato de amónio para usos industriais. Determinação do insolúvel em água.

NP-1229 — Sulfato de potássio para usos industriais. Determinação do teor de sulfatos.

Ministério da Indústria e Tecnologia, 24 de Fevereiro de 1976. — Pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, *Luis Filipe de Moura Vicente*, Secretário de Estado da Indústria Ligeira.